

A cena da produção independente na Bahia a partir da classificação de níveis e a repercussão na imprensa local¹

Isabella Ribeiro ALMEIDA²

Kátia MORAIS³

Universidade do Estado da Bahia

Resumo

Este artigo propõe analisar o desenvolvimento do setor audiovisual independente na Bahia, considerando a organização das produtoras a partir do critério de classificação de níveis da Agência Nacional do Cinema Ancine e a visibilidade do tema na imprensa local. A pesquisa foi realizada por meio de análise de dados da Ancine, além da análise de perfis de produtoras independentes e da clipagem de matérias publicadas nos jornais baianos Correio e A Tarde, entre outubro de 2024 e agosto de 2025. Os resultados indicam a concentração das produtoras independentes na cidade de Salvador, enquanto na imprensa há uma presença recorrente de notícias evidenciando a expansão do setor no estado.

Palavras-chave: Ancine; Audiovisual; Bahia; Imprensa.

Introdução

O mercado audiovisual brasileiro apresenta características historicamente marcadas pela concentração de infraestrutura, investimentos e agentes econômicos em determinados polos regionais, especialmente nas capitais dos estados. Esse padrão também se manifesta em diferentes contextos regionais, influencia as dinâmicas de produção e as formas de acesso às políticas públicas de fomento.

Nesse contexto, a Bahia se destaca por sua trajetória no campo audiovisual, uma vez que vem se consolidando como um polo em ascensão, com crescente demanda por produções locais. O presente artigo tem o objetivo de analisar como este setor tem se desenvolvido no estado,

¹ Trabalho apresentado no Espaço Graduação, atividade integrante do XX Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

² Graduanda em Relações Públicas pela Universidade do Estado da Bahia. E-mail: contatoisabellaseabra@gmail.com.

³ Orientadora do artigo. Professora adjunta do curso de Relações Públicas da Universidade do Estado da Bahia. Doutora em Comunicação e Cultura Contemporânea. E-mail: ksmorais@uneb.br.

considerando a organização das produtoras independentes a partir do critério de classificação de níveis da Ancine e como o tema repercute na mídia se torna relevante para a expansão do segmento audiovisual no estado.

Referencial teórico

Como órgão regulador, fomentador e fiscalizador do setor audiovisual no Brasil, a Agência Nacional do Cinema (Ancine) tem impacto direto sobre a atividade. Dentro do conjunto de ações articuladas que compõem a política audiovisual no plano federal, a classificação de níveis é um mecanismo adotado como método de acesso pelas empresas produtoras a mecanismos de fomento. Os critérios da classificação são:

- I) Nível 1 - empresa estreante na produção de obras audiovisuais ou com produções de duração inferior a 70' (setenta minutos).
- II) Nível 2 - que tenha produzido obras audiovisuais que, agrupadas, totalizem o mínimo de 70' (setenta minutos).
- III) Nível 3 - empresa que tenha produzido o mínimo de 01 (uma) obra audiovisual brasileira de produção independente com duração a maior de 70' (setenta minutos).
- IV) Nível 4 - empresa que tenha produzido o mínimo de 02 (duas) obras audiovisuais brasileiras de produção independente com duração a maior de 70' (setenta minutos), cada uma.
- V) Nível 5 - empresa legalmente constituída há, no mínimo, 05 (cinco) anos na atividade audiovisual e que tenha produzido o mínimo de 04 (quatro) obras cinematográficas ou videofonográficas de longa metragem brasileiras de produção independente. (BRASIL, 2002)

O cenário audiovisual no Brasil tem histórico de concentração de mídias em grandes polos produtores e distribuidores, que se localizam nas capitais dos estados. Esse fenômeno foi iniciado no eixo Rio-São Paulo e vem sendo refletido em todos os outros estados brasileiros desde a década de 1990 (JAMBEIRO, 2002).

A Bahia é um dos estados brasileiros com trajetória importante no setor audiovisual no Brasil. Após o lançamento do filme *3 Histórias na Bahia*, em 2001, os cineastas baianos viveram uma era de grande desenvolvimento de obras audiovisuais, o que fez com que o setor tivesse uma ascensão (MORAIS, 2020). No entanto, a concentração desse setor no município de Salvador é uma das principais características da distribuição desigual do mercado, refletindo uma realidade histórica de infraestrutura e investimentos, enfrentada por outras cidades do estado.

A Agência Nacional do Cinema (2015) define que para ser legalmente prevista como uma produtora brasileira independente, a empresa deve atender aos seguintes requisitos:

[...] ser constituída sob as leis brasileiras; ter sede e administração no país; 70% (setenta por cento) do capital total e votante devem ser de titularidade, direta ou indireta, de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos; a gestão das atividades da empresa e a responsabilidade editorial sobre os conteúdos produzidos devem ser privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos; não ser controladora, controlada ou coligada a programadoras, empacotadoras, distribuidoras ou concessionárias de serviço de radiodifusão de sons e imagens; não estar vinculada a instrumento que, direta ou indiretamente, confira ou objetive conferir a sócios minoritários, quando estes forem programadoras, empacotadoras, distribuidoras ou concessionárias de serviços de radiodifusão de sons e imagens, direito de veto comercial ou qualquer tipo de interferência comercial sobre os conteúdos produzidos; não manter vínculo de exclusividade que a impeça de produzir ou comercializar para terceiros os conteúdos audiovisuais por ela produzidos.

A Ancine adota uma abordagem que enfatiza o viés industrial, podendo ser observado a partir das regras das ações de fomento, cujos critérios enfatizam aspectos gerenciais das empresas e relacionamento das produtoras com o circuito exibidor, buscando estimular que as obras brasileiras tenham condições de competir no mercado.

Metodologia

O trabalho foi delineado a partir da análise documental, considerando publicações oficiais da Agência Nacional do Cinema (Ancine), através do seu Observatório do Cinema e do Audiovisual (OCA) e do Painel de Produtoras Brasileiras Independentes e Classificação de Nível, acompanhados até setembro de 2025.

Entre outubro de 2024 e agosto de 2025, foi realizada uma clipagem dos jornais baianos *A Tarde* e *Correio*, filtrando as matérias publicadas relacionadas ao setor audiovisual no estado.

Análise

Empresas produtoras independentes ocupam lugar de destaque no ecossistema audiovisual baiano, tal como ocorre em todo o país. Até setembro de 2025, o estado baiano contava com 495 produtoras independentes registradas no Painel de Produtoras Brasileiras Independentes e Classificação de Nível. Dentre elas, 343 (69.2%) estão localizadas na cidade de Salvador. Apenas três empresas produtoras estão classificadas no nível 5, o mais alto

estabelecido pela Ancine: *Origem Comunicação, Tem Dendê Produções e Truque Produtora de Cinema, TV e Vídeo*.

A *Origem Comunicação* atua há 30 anos e tem como principal característica o desenvolvimento de longas-metragens e séries em animação para o cinema e a TV. Conta com premiações importantes, com destaque para o longa *Meu Tio José* (2021).

Já a *Tem Dendê Produções* atua há mais de 20 anos em projetos audiovisuais independentes e comerciais. O grupo possui mais de 50 títulos produzidos no currículo, comercializados nacional e internacionalmente e performa entre as produtoras independentes com trajetória mais exitosa de acesso a recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA).

A *Truque Produtora de Cinema, TV e Vídeo* conta com mais de 36 anos de experiência, e se destaca na produção de longas-metragens de ficção, documentários e conteúdos para a TV. Ela foi uma das responsáveis pela retomada do cinema baiano nos anos 2000, com 3 *histórias da Bahia*.

As três empresas, com escritório localizado em Salvador, representam apenas 0.6% do setor de produção independente na Bahia. Já o nível 1 representa 92.7%, com 459 produtoras registradas – apenas 36 empresas, de 495, estão enquadradas nos níveis 2, 3, 4 e 5. Ou seja, quase todas as produtoras baianas enfrentam dificuldades para acessar as leis de incentivo e serem aprovadas nos projetos do Fundo Setorial Audiovisual (MORAIS; CANESSO, 2025).

Na mídia, fica evidente o desenvolvimento do mercado audiovisual na Bahia. Durante os meses de outubro de 2024 e agosto de 2025, foi realizada uma clipagem nos dois jornais de maior veiculação no estado, *Jornal Correio* e *A Tarde*, e coletadas 117 notícias relacionadas à temática.

No período analisado, verificou-se que o *Jornal Correio* deu voz ao cinema negro baiano e as figuras importantes para a sua ascensão. Uma cineasta baiana que teve o seu curta-metragem selecionado para o Festival de Cannes foi tema de uma das notícias e é resultado da potência do ensino superior no estado.

Já no *A Tarde*, as notícias que dominaram durante a análise são sobre exhibições, festivais e gravações de filmes e documentários; há uma série de notícias associadas às produções e coproduções de empresas independentes baianas e a inserção de filmes locais no circuito exibidor e comercial. A exemplo, em dezembro de 2024 foi noticiado que o Festival de Brasília contaria com quatro filmes de realizadores baianos; dentre eles, o curta-metragem *A menina que*

queria voar, que foi produzido pela *Ori Imagem e Som*, produtora de nível 1 e localizada em Salvador.

Considerações finais

A Bahia conta com uma trajetória importante, com festivais, mostras, cursos, produções e uma crescente demanda por conteúdos locais que a consolidam como um dos estados com desenvolvimento mais significativo evidente no setor audiovisual brasileiro. No entanto, ao longo da pesquisa foi possível identificar fragilidades quanto ao desenvolvimento e organização do setor audiovisual independente no estado, como a concentração das empresas produtoras na capital e a concentração de políticas públicas e editais em torno de critérios que dificultam o acesso de empresas menores.

Salvador abriga a maior parte das produtoras, dando seguimento ao ciclo de invisibilidade e dependência do interior em relação à capital, não só geográfica, bem como estrutural. Um bom relacionamento no circuito comercial auxilia no currículo das empresas produtoras e distribuidoras e, conseqüentemente, interfere positivamente na classificação delimitada pela Ancine. No entanto, é na capital que estão localizadas as sedes dos grandes conglomerados de mídia, ou seja, quanto mais distantes as produtoras estão da capital, maiores são as dificuldades encontradas e mais excludente se caracteriza o critério da classificação de níveis.

Os jornais locais, por sua vez, desempenham um papel ativo no debate sobre o crescimento do setor audiovisual no contexto da produção independente do estado. A crescente cobertura de produções baianas evidencia o interesse da mídia em fortalecer a cena cultural e discutir sobre as suas transformações.

Assim, os resultados apontam que, paralelamente ao desenvolvimento da atividade audiovisual na Bahia, persistem lacunas estruturais que atravessam a organização do mercado.

Referências

BRASIL. Agência Nacional do Cinema (ANCINE). **Proposta para Instrução Normativa de Qualificação de Empresas**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://11nk.dev/f573r>. Acesso em: 3 maio 2025.

GAMA, F. B. (Org.). **Produção, Políticas e Mercado no Audiovisual Brasileiro**. Cadernos

ProCine, v. 4. Vitória da Conquista: UESB, 2020.

JAMBEIRO, O. M. **A TV no Brasil no século XX**. Salvador: Edufba, 2002.

MORAIS, K.; CANESSO, N. S. **Mercado audiovisual baiano**. In: IKEDA, Marcelo; GADELHA, Arthur (org). Panorama do audiovisual no Nordeste. Porto Alegre: Sulina, 2025, p. 44-75.